

VOLUME
XXX

BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2017

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação

Reconstructing the production, recording and conservation of Pre-modern organizational information. Theoretical perspectives and research proposal

MARIA DE LURDES ROSA

Professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
mlrosa@fch.unl

Artigo enviado em: 28 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 14 de junho 2017

RESUMO

O artigo nasce de uma experiência de investigação e ensino sobre a história dos arquivos e da informação, centrado na sociedade portuguesa de Antigo Regime. Começa por apresenta as bases da sua construção teórica, oriundas de diferentes disciplinas (História, Ciência da Informação/Ciência Arquivística, Antropologia). Num segundo momento, propõe um percurso de investigação a aplicar às fontes pré-modernas, numa perspetiva de história documental das instituições e de aprofundamento da relação entre os recursos heurísticos e a escrita da História.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Histórica; Epistemologia das fontes; Arquivos pré-modernos.

ABSTRACT

The article narrates an experience of research and teaching on the history of archives and information, centered on premodern Portuguese society. It begins by presenting the bases of its theoretical construction, coming from different disciplines (History, Information Science / Archival Science, Anthropology). Secondly, it proposes a research itinerary applicable to Early modern historical sources, from a perspective of documentary history of institutions and a strong conviction of the need of deepening of the relationship between heuristic resources and the writing of History.

KEYWORDS: Historical Archival Science; Historical sources' epistemology; Premodern archives.

Introdução

Este artigo nasce de uma experiência de investigação e ensino sobre a história dos arquivos e da informação, centrado na sociedade portuguesa de Antigo Regime e com especial enfoque nos arquivos de família, em modo comparativo com outras realidades do ocidente europeu¹. A necessidade de

¹ Este artigo teve origem direta na apresentação que fizemos na nossa lição de Provas de agregação, em abril de 2016, com o título "Olhares cruzados sobre a fonte e o arquivo. Reconstruindo a produção e conservação da informação social medieval". Redigimos posteriormente o texto, mantendo algum do carácter informativo e explicativo da apresentação. A abrangência do tema explica-se pelo facto de a lição ter sido pensada para o nível de mestrado (no qual defendemos a necessidade de aprofundamento das leccionações, de forma a garantir o objetivo central daquela formação, a competência de autonomia científica dos alunos). Na redação introduzimos um reforço informativo, pela perceção que ao longo do tempo fomos tendo, de que em Portugal a implantação académica e a capacitação científica das antigas "Ciências documentais" (e denominação afins) se tem feito, de facto, à custa de um "alargamento do fosso" em relação à História. Há um desconhecimento mútuo, mas arriscaríamos dizer que será talvez maior o desconhecimento da Ciência da Informação quanto às investigações dos historiadores sobre arquivos e informação (campo cada vez mais cultivado por estes), a par de alguma tendência a recusar-lhe capacidade de (e direito a) falarem sobre aspetos mais teóricos. Como se refere no texto, a ultrapassagem desta situação é uma tendência forte, noutros contextos académicos, e beneficiará todas as partes envolvidas. A montante, a redação do artigo deve muito à experiência de ensino e de investigação realizada desde 2008, na FCSH, respetivamente no Departamento de História - a coordenação do mestrado em CID (2009-2015) e da área de Arquivística Histórica do Doutoramento em História (desde ano letivo de 2009/10) -, e nas unidades de investigação da área, em especial o Instituto de Estudos Medievais (com colaboração ocasional do CHAM e do IHC). É com gratidão que se assinala a importância dos contributos das alunas e alunos, em especial da referida área de doutoramento, bem como os dos numerosos investigadores que participaram nas atividades das Unidades de Investigação (nomeadamente no Programa de Investigação ARCHIFAM, sedado na Casa de Velazquez, em Madrid; no projeto «INVENT.ARQ - Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno» (FCT-EXPL/

adequação teórica e metodológica a um tema e tipo de investigação pouco habituais na historiografia portuguesa, permitiu o conhecimento de um conjunto de perspetivas oriundas de diversos campos disciplinares, que aqui serão primeiramente apresentadas, em modo de roteiro de leituras e problemas. Num segundo momento, e partindo dessas linhas de fundo, propõe-se um percurso de investigação a aplicar às fontes prémodernas, numa perspetiva de história documental das instituições e de aprofundamento da relação entre os recursos heurísticos e a escrita da História. No seu núcleo, baseia-se nos trabalhos sobre a “geografia e estrutura das fontes”, de Paolo Cammarossano², e em outros contributos, que explicitaremos; aplica-se a contextos históricos, num processo de reconstrução retrospectivo, feito a partir de materiais específicos; e tem aplicabilidade, sobretudo, num tipo específico de informação, a “informação institucional”, ou “organizacional”, cujos contornos também serão apresentados. Será aqui exemplificado para o caso dos arquivos de família, dado ser a área em que temos realizado a nossa investigação empírica, mas pensamos ser passível de diversas formas e níveis de aplicabilidade, a que se aludirá.

Dedicaremos primeiramente algum espaço à explicitação das bases teóricas da proposta, tanto pela convicção de que qualquer escrito histórico deve proceder a esta operação, como porque essa inversão do olhar, a que obriga o exercício de reconstrução da “produção informacional organizacional”, se alicerçou, como referido, num conjunto de perspetivas recentes, oriundas de diferentes disciplinas, que é importante e interessante debater. São particularmente relevantes, para além de setores historiográficos que se começarão por abordar, os contributos de um campo muito diverso entre si, a que chamaremos “ciência arquivística”³; e, especificamente quanto à relação que estabelece com os materiais de arquivo, a “viragem histórica” da Antropologia, e a afirmação da sua «parente» História Antropológica, cuja recusa do olhar evolucionista que quase sempre está por detrás do historiador, tem permitido redescobrir e analisar fenómenos sociais ocultos.

EPH-HIS/0178/2013); e nos diversos eventos – colóquios, seminários, edições de livros, exposições - através das quais se foi cimentando saber e divulgando os ganhos da experiência. (cfr. <http://fcs.unl.pt/arqfam/>). Deve ainda mencionar-se a fellowship semestral no Institute for Advance Study, em Princeton, para o projeto de investigação «Reconstructing noble family archives, remaking family histories (Medieval and Early modern Portugal). Recovered voices, newfound questions», no ano letivo de 2015/16, que permitiu aceder a um impressionante manancial de recursos de investigação, apresentar o trabalho nos seminários da School of Historical Studies, e começar a redigir uma monografia sobre a temática dos arquivos de família

² CAMAROSSANO, 1991.

³ Sobre as denominações concorrenciais neste campo de estudo, cfr. infra,

No campo interdisciplinar que se gera, a perspectiva do historiador pode ser particularmente útil: fornece competências e saber quanto à historicização dos conceitos utilizados; aprofunda o conhecimento contextual, permitindo caracterizar a “informação” de acordo com este; enfim, precavê anacronismos. Se as últimas décadas tornaram claro que é inevitável um profundo repensar da relação do historiador com as fontes e com o arquivo, o olhar complexo e habituado ao contexto que o *métier* histórico treina, permite aprofundar questões e inserir a produção de informação no espaço e tempo. Um exemplo, que adiante se retomará, é a caracterização diferenciada, nas suas próprias naturezas, das instituições produtoras e dos arquivos, tendo em conta a especificidade das sociedades pré-modernas, onde o próprio conceito de instituição/ organização era diverso (o que permitirá alargar bastante estes conceitos). Outro, será a inserção das práticas arquivísticas em campos adjacentes, como a história da escrita, das burocracias, dos “power/ knowledge systems”.

Como se verá, esta perspectiva encontra denominações como “história social do arquivo”, e/ou “da informação”. A formulação que usamos não deve esconder uma convergência muito ampla com este campo, sem que no entanto esqueça os contributos dos arquivistas-historiadores de que é exemplo maior Terry Cook. Uma perspectiva da história dos arquivos e da informação feita do ângulo dos profissionais de arquivo, com toda a experiência da prática da arquivística, é diversa da feita por historiadores profissionais; e nem sempre tem havido um reconhecimento dos ganhos de tal, por parte destes. Porém, por outro lado, é muito visível o desconhecimento de alguns setores da ex-arquivística, em especial no campo que se identifica como “Ciência da Informação”, quanto aos avanços historiográficos em epistemologia das fontes, reconsideração do arquivo no contexto do trabalho histórico e, por fim, história dos arquivos e da própria “informação”. O conhecimento destes trabalhos poderia fornecer elementos para uma construção mais sólida dos conceitos.

Chamámos “Arquivística histórica” à perspectiva que visa reunir estas duas vertentes: estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação

existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas.

Em mais do que um aspeto, portanto, o texto ambiciona ser um contributo para a ultrapassagem de aquilo a que Francis Blouin e W. Rosenberg chamaram, num livro recente, o “archival divide”⁴; e para a sedimentação de um campo comum, entre Arquivística e História, a partir de uma prática desta última, mesmo se sempre atenta à primeira. Os ganhos da ciência arquivística quanto a uma visão não instrumental dos vestígios do Passado e quanto à complexidade da transmissão e da conservação daqueles – aspetos a que o historiador nem sempre deu/dá a devida atenção - podem com proveito ser complementados pela prática contextualizadora e comparativa da História, bem como pelo legado desta, em teorias interpretativas da sociedade e da transformação social.

Parte I – Caminhos de investigação e de reflexão

1. O historiador, as fontes, os arquivos e a informação: repensar e investigar

1.1. Epistemologia das fontes

Desde há já alguns anos, um grupo de medievalistas, em parte impulsionados pelas questões da relação entre prática da História e arquivos ou entre documento e texto, em parte defendendo, por princípio de ofício, uma participação direta na reflexão epistemológica sobre a disciplina, tem vindo a debruçar-se sobre a epistemologia das fontes históricas⁵. Os três ganhos imediatos desta reflexão, quanto ao exercício que se propõe fazer, e de um modo alargado também, são i) a desconstrução /historicização de um termo amplamente usado na profissão, que é na verdade uma metáfora, ocultando enquanto tal questões que é urgente discutir; ii) o alargamento do questionamento epistemológico da História ao seu material de trabalho; iii) uma

⁴ BLOUIN & ROSENBERG, 2011.

⁵ Serão discutidos aqui os textos seguintes, remetendo depois pontualmente para cada um deles em aspetos mais específicos: MORSEL, 2004; MORSEL, 2004a; MORSEL, 2009; MORSEL, 2016; KUCHENBUCH, 2004; ANHEIM, 2007; ANHEIM, 2012/3: 399-427; ESCH, 2002.

nova forma de tratar o tema do material do historiador no interior dos textos de síntese, numa posição não preliminar, e sob uma perspectiva não somente técnica. Um último aspeto a reter, que será tratado no ponto seguinte, é a ligação deste questionamento da fonte ao tema da reconfiguração da relação historiador/ arquivo, sendo, como é, uma das vias pelas quais os historiadores o têm abordado.

O argumento central deste conjunto de reflexões é o de que a perspectiva metodológica se sobrepõe continuamente à epistemológica, quando se trata do “material do historiador”. “Tratam-se as fontes”, não se “pensam as fontes”. Dito de outro modo, a sua natureza e o seu estatuto foram e são obliterados pela sua utilidade, pelo uso que delas podem fazer o historiador. Um fórum de debate, que aqui se considerou marco pioneiro pela natureza, sobretudo epistemológica, das questões colocadas sobre as fontes, foi a Jornada «L'historien et “ses” “sources”», organizada por Joseph Morsel no âmbito da escola doutoral da U. de Paris I Panthéon-Sorbonne, em 2003. Num conjunto de interessantes comunicações, interessam-nos de perto a do organizador e a de Ludolf Kuchenkuch, pois se debruçam sobre a natureza metafórica do termo profissional corrente que é a “fonte”/ “fontes”, por um lado, e procedem, por outro, à historicização do seu uso, com exposição das deformações decorrentes. Uma primeira questão é a da crítica ao uso de metáforas para nomear operações, materiais ou atos científicos: até que ponto devemos aceitar (e, no caso dos professores, ensinar) esta forma tão primitiva como perigosa de (pseudo) linguagem científica? Nos últimos anos, a partir da História dos conceitos nomeadamente, vários historiadores se têm debruçado sobre as metáforas que povoam a profissão. Para além da perigosa sedução que exercem, pelo seu carácter evidente e auto-explicativo, que desencoraja um aprofundamento do significado, as metáforas dificultam uma construção científica dos termos e parecem não ter elas próprias uma história. Ora, estes trabalhos comprovam que, na França e na Alemanha, a disseminação da metáfora da fonte – que passou o ser o modo mais comum de referência ao “documento” - resulta de um processo específico de apropriação do tratamento do passado pelos historiadores. Este processo é o da afirmação da História, no séc. XIX, como modo de conhecimento indireto – através dos “vestígios do passado” – e o da legitimação profissional e académica pela utilização de “documentos verdadeiros” – o que desde logo implica um investimento total num percurso metodológico centrado na verificação de autenticidade. A ideia de fonte remete tanto para uma nascente de onde saíam os dados sobre o passado, como para um trabalho feito a partir desse nascimento, e não antes. Oculta-se, assim, a natureza

construída dos documentos que chegam ao historiador: construída pela época de produção, pela conservação posterior, e pelo próprio historiador, logo desde a seleção.

O olhar dos historiadores sobre as suas “fontes” será doravante centrado no processamento destas para responder à construção histórica; e, enquanto o “processamento” é tratado a partir de técnicas e de operações empíricas, a construção do discurso historiográfico é objeto de reflexões teóricas e epistemológicas. As “fontes” – denominação que acentua uma sua “naturalidade”⁶ - são o material da Ciência histórica, o equivalente à “natureza” para as ciências físicas e naturais. Étienne Anheim, autor que aqui seguimos, explica que a adoção deste cenário se deve a uma extensão do “modelo científico [vigente] desde que Kant fizera de Galileu o herói de uma modernidade caracterizada pelo facto de o homem colocar questões à natureza. Na epistemologia clássica, a natureza está fora do discurso teórico, ela é aquilo que é capturado por este, e este esquema foi importado para a epistemologia das ciências sociais e humanas, em particular na disciplina histórica: as fontes são o equivalente da natureza”⁷.

Recolocar as fontes no seio da reflexão epistemológica da História parte de uma recusa primeira de as naturalizar; e obriga a uma consideração profunda da “fase documental” (conceito que Anheim toma de Paul Ricoeur), que desde logo assuma que a fonte não é então o ponto de partida, mas sim um ponto de chegada, que naquela fase se deve interrogar, reconstituir, compreender. É preciso desenvolver, de pleno direito, uma etapa prévia à mais simples crítica da fonte ou à consideração do cruzamento/ junção de outras fontes, em que se preste atenção “à disposição das fontes, à sua conformação, à sua dimensão material, aos usos de que elas acusam marcas, às formas de transmissão que as conduzem às nossas mãos.”⁸ As operações que constituem esta etapa devem ser objeto de uma definição historiográfica, que passe pela constituição de “novos protocolos de investigação” assentes numa “imaginação do historiador” em modo de *inventio* escolástico, que desafie – cientificamente - os “limites da realidade” das fontes. A reflexão sobre o material de trabalho do historiador não pode limitar à interpretação posterior dos dados, pois este material é em si uma complexa construção.

⁶ Os textos de E. Anheim, que aqui seguimos, reconhecendo a pertinência da crítica do termo “fonte”, usam-no sempre por comodidade expositiva, apontando os seus limites quando necessário.

⁷ ANHEIM, 2007: 21-22.

⁸ ANHEIM, 2007: 23.

Uma última questão é considerada fundamental pelos autores que se tem vindo a analisar: de que modo as fontes devem ser tornadas presentes no texto historiográfico? Étienne Anheim distingue duas vertentes do problema, uma ligada à construção da amostra documental e ao seu uso, a outra à presença formal das fontes (e do seu tratamento) no próprio texto científico do historiador⁹. Quanto à primeira, seria preciso que o historiador se habituasse – incorporasse mesmo como dever de ofício – a provar a pertinência dos cruzamentos de fontes operados. Na ausência destas operações, assiste-se a um prolongamento da não interrogação de cada fonte, acabando-se por considerar evidente que se possam juntar dados, para refletir uma unidade do real, sem mais questões. Ao invés, deveria caber ao historiador o «ónus da prova», ou seja, demonstrar a pertinência do cruzamento de fontes e a sua legitimidade. E acrescentaríamos, apresentar um possível quadro total das fontes produzidas pela instituição/ diretamente relacionadas com um tema, indicando as grandes constantes da sua ausência / presença, de modo a que as “fontes utilizadas” pudessem ser avaliadas de forma cabal.

No que diz respeito à presença narrativa concreta das fontes, citando Marc Bloch, que considera obrigação do historiador de indicar sempre ao leitor, no início de um texto de História “como consegui saber aquilo que vos vou dizer”, Anheim insiste, como já o haviam feito Morsel e Kuchenbuch, no dever e na prática científica da não ocultação das fontes – o que pode largamente acontecer mesmo quando elas são em notas de rodapé. Este espaço da “fundamentação” acaba por tornar-se um local de “localização de dados”, muito mais do que de prova das afirmações e da construção historiográfica feita em texto. Alguns anos mais tarde, a partir de um balanço sobre os contributos da antropologia para a história, o Autor recupera a questão. Numa novidade em relação às considerações sobre enriquecimento temático e teórico, Anheim confere grande potencialidade, para uma redefinição da relação do historiador com a fonte, ao estudo da forma como os antropólogos contemporâneos documentam, nos seus escritos, o trabalho de campo (de levantamento/ recolha de materiais): caracterização completa da população estudada, apresentação e narrativa da postura, inquérito e vivência “de campo” do antropólogo, assunção do papel de “observador participante”¹⁰. Esta “mise en évidence des procédures de l’enquête» começa lentamente a praticar-se na comunidade dos medievalistas, destacando Anheim três modelos de o fazer, a partir de outros tantos casos reais: expli-

⁹ ANHEIM, 2007: 25.

¹⁰ ANHEIM, 2012/13: 402-411.

cação do trabalho filológico utilizado para depurar as fontes, apresentando os procedimentos concretos de tratamento da informação pelo historiador (por Jacques Dalarun, na obra *Vers une résolution de la question franciscaine*, de 2007); usar como fio condutor da narrativa histórica o próprio tratamento feito ao documento, possibilitando ao leitor “une vision panoramique de la procédure de recherche et non simplement des résultats” (em *Un procès de canonisation au Moyen Âge*, de Didier Lett, 2008); por fim, a análise de um corpus de cartas de inícios do século XVI, sobretudo a partir da perspectiva da sua constituição, transmissão e uso, e não tanto pelas informações que ele transmite, a partir da postura que o trabalho da escrita da história consiste mais na comunicação dos procedimentos científicos do que na comunicação de resultados (Joseph Morsel, *La noblesse contre la ville? Comment faire l’histoire des rapports entre nobles et citadins en Franconie, vers 1500 ?*, 2009)¹¹.

1.2. Olhares históricos sobre a arquivagem e a transmissão

As interrogações sobre as fontes andaram e andam a par com o questionamento do arquivo. No mesmo seminário em que intervieram Joseph Morsel e L. Kuchenbuch sobre as fontes, diversos historiadores e arquivistas escreveram sobre o arquivo, destacando-se, no que ao nosso tema diz respeito, a contribuição de Christine Nougaret sobre o grau de intervenção dos arquivistas nas fontes arquivísticas, e sobre a forma como isso interferia na sua natureza de “produção orgânica”¹². O processo de conservação da documentação como objeto de estudo imprescindível para a correta compreensão das “fontes” (e, logo, idêntica formulação das ideias) é uma das pedras de toque do texto de Joseph Morsel, que insiste portanto na “Logique sociale de la conservation et de l’archivage”¹³. Pouco depois, em 2004, a *Révue de Synthèse* publicou uma edição temática significativamente intitulada «Fabrique des archives, fabrique de l’histoire», onde nos interessa em especial o texto daquele historiador, com a questão da deturpação causada na investigação historiográfica pela não compreensão e desmontagem das formas de arquivagem antiga (contribuição para uma criação retrospectiva do conceito de linhagem, nas famílias nobres de Nuremberga tardo-medieval)¹⁴. Mais tarde,

¹¹ ANHEIM, 2012/13: 417-18. Também KUCHENBUCH, 2004, dedica parte essencial do seu texto a explicar a forma como foi transmitido, ao longo dos séculos, e a terminar (incluindo) em si, uma das fontes da sua tese de doutoramento, o cadastro de abadia de Prüm (p. 294-315).

¹² NOUGARET, 2004.

¹³ MORSEL, 2004: 8-9.

¹⁴ MORSEL, 2004a.

em «Du texte aux archives», o autor propõe um percurso de investigação que comece nas “práticas antigas de escrita”, passe às de conservação (atendendo às suas lógicas sociais específicas e considerando a sério o problema das perdas e destruições), e termine (antes de “começar” o inquérito historiográfico – que assim encontra um “começo” bem anterior) nas de arquivagem, que têm “efeitos maciços sobre a construção do saber histórico”¹⁵.

Uma última breve referência deve ser feita ao texto de Arnold Esch, sobre o problema do «azar» - e das lógicas – da transmissão documental. Não se trata de as lamentar, mas sim de as colocar em cima da mesa da análise do historiador: o que se conserva, o que se perde, porquê e com que efeitos no trabalho do historiador? Esch preconiza a necessidade de incorporar a reflexão sobre as perdas em qualquer construção feita a partir “do que sobrou”, sob pena de absolutizar esta componente; e sugere a ideia de uma história das destruições voluntárias de documentos e arquivos, tentando procurar lógicas diversas do paradigma moderno do “tudo conservar”¹⁶.

1.3. Temas recentes da história social dos arquivos e da informação

Em trabalho de 2009, dedicado aos arquivos de família, apesentou-se uma breve exposição das investigações e reuniões até então realizadas, no âmbito da História social do arquivo¹⁷. Desde então para cá, a multiplicação de reuniões, publicações e projetos tem sido rapidíssima. Dado que existem excelente e recentes estados da questão em algumas destas publicações, remete-se para eles¹⁸, e procede-se a uma breve apresentação das principais linhas deste campo de estudos.

Há duas áreas campos que se mantêm sensivelmente as mesmos, com enriquecimentos quantitativos internos: a história documentária das instituições, sobretudo na área franco-belga e em Itália¹⁹; a história social e cultural do arquivo, em Inglaterra, Alemanha e EUA, na linha da investigação em “knowledge cultures”, e da “history of knowledge”, relativa sobretudo à Europa moderna²⁰. A prossecução de alguns projetos (como o *AR.C.H.I.ves*.

¹⁵ MORSEL, 2009, § 35.

¹⁶ ESCH, 2002.

¹⁷ ROSA, 2009: 17-23.

¹⁸ NÓVOA, 2015: 6-16 (disponível no espaço da autora em www.academia.edu); YALE, 2015; VIVO et al., 2016; VIVO et al., 2016a; WALSHAM, 2016; HEAD, 2016a.

¹⁹ Ponto de situação atualizado (geral, a par da perspetiva mais focadas nos arquivos de casas principescas) em NIEUS, 2016.

²⁰ Os estudos reunidos em CORENS et al. (eds.), 2016 e em VIVO et al., 2016; BRENDCKE, 2015 (capítulo 9. Archival practices. Producing knowledge in early modern repositories of writing).

*A comparative history of archives in late medieval and early modern Italy*²¹) e programas de investigação (nomeadamente na Alemanha, nas universidades de Munique e de Frankfurt) ao longo destes anos, levou ao aprofundamento de aspetos menos conhecidos, como a “profissão” de arquivista²² e os usos eruditos do arquivo, nomeadamente na historiografia²³.

As maiores inovações são, por um lado, a edição de obras de grande fôlego e panorama alargado sobre a história dos arquivos na Europa²⁴; por outro, a focagem no tema derivado, mas timidamente estudado até agora, da “História da Informação”. Aqui destaca-se o extenso capítulo “Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff” [=A Informação como uma categoria de investigação histórica. Heurística, etimologia, e diferenciação em relação ao conceito de conhecimento], que dá o mote de abertura ao livro *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (2008) [= Informação na Época moderna estatuto, stocks, estratégias]²⁵. Os autores propõem uma interrogação histórica da informação, vista como objeto prévio ao “conhecimento”, tema historiográfico mais corrente, aliás objeto da investigação do grupo até então. Cremos que são muitas as potencialidades desta fileira de investigação, em desenvolvimento²⁶, tanto para conferir possibilidade de espessura temporal e de comparabilidade aos questionamentos da Ciência da Informação e da Ciência arquivística²⁷, como para as interrogações historiográficas sobre o “documento”, o “registo” e a relação de ambos com a informação circulante.

2. A influência da Antropologia e dos Estudos pós-coloniais

Entre os diferentes aspetos em que a Antropologia e a História se influenciaram mutuamente, um dos menos conhecidos será o do arquivo como objeto de estudo. Ao contrário do que se possa pensar, não foi na

21 <http://www.bbk.ac.uk/history/archives/> .

22 VIVO et al. (eds.), 2015.

23 VIVO et al. (eds.), 2015a.

24 FRIEDRICH, 2013; CHENK, 2013; HEAD, [2018].

25 BRENDENCKE et al. (dirs.), 2008. Agradecemos penhoradamente a Markus Friedrich a possibilidade de aceder a uma versão inglesa do texto.

26 Aguarda-se para 2018 a edição de *Archives and Information in the Early Modern World*, CORENS et al. (dirs.) (in *Proceedings of the British Academy*).

27 Como referem BRENDENCKE et al. (dirs.), 2008, a abordagem à informação na História por parte deste setores tem levantado escasso interesse.

História que começou o processo – os tradicionais frequentadores do arquivo, ao fazerem-no para irem recolher nele os seus materiais, em função de questionários históricos, tardaram em reconhecer no próprio dispositivo e instituição, um formidável material *de per se*, o primeiro de todos os interfaces entre o investigador e o “real” que ele procura estudar. Como refere Nicholas Dirks,

“Travelers’ tales and adventurers’ yarns have never rendered the archive a major source of narrative, and yet the monumentality of the archive is enshrined in a set of assumptions about truth that are fundamental both to the discipline of history and to the national foundations of history. While these assumptions about truth and history have been critiqued in relation to historical writing (and the use of sources) they have rarely been critiqued in relation to the sources themselves, except inside the very historical footnotes that summon the greatest respect for the archive as repository of ultimate value. The archive is simultaneously the outcome of historical process and the very condition for the production of historical knowledge. The time has come to historicize the archive.”²⁸

Merece referência o facto de se encontrar aqui a mesma reclamação de extensão das preocupações epistemológicas à fonte e ao arquivo que os medievalistas acima referidos denotam; em termos de identificação de sentidos, Dirks apela, ainda, a uma etnografia do arquivo, que identificaria a intrínseca ligação entre ele e a História do Estado, “cujo passado o arquivo foi feito para proteger”²⁹.

Esta preocupação teórica tem-se mantido presente nas numerosas investigações a que deu lugar a uma rápida extensão do interesse pelo arquivo colonial e/ou imperial. É sobejamente conhecida a obra de Ann Laura Stoler, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense* (2009), que deslocou o foco do arquivo imperial inglês na Índia para o da Indonésia enquanto colónia holandesa, e sugeriu uma leitura “nas linhas do arquivo” para a compreensão do programa de domínio que a instituição tinha inscrito, e a forma complexa como foi aplicado: o arquivo é estudado como produtor de sentido pela sua existência como instituição concentradora de uma saber/poder que é também disputado pelos colonizados.

O alargamento natural aos estudos pós-coloniais produziu já uma vasta

²⁸ DIRKS, 2002: 48.

²⁹ DIRKS, 2002: 58.

quantidade de estudos, nomeadamente sobre a questão do acesso aos arquivos das diversas minorias, incluindo as mulheres³⁰. Para os arquivistas ligados a ações práticas no domínio da constituição de arquivos nas nações nascidas da descolonização – constituição, salvaguarda, comunicação e difusão - a influência dos estudos pós-coloniais foi enorme, e a um tempo ética e científica. No primeiro aspeto, resultou na interrogação profunda da possibilidade do arquivo colonial ser o futuro “arquivo nacional”, bem como a assunção do papel de constituir um arquivo que incluísse a voz das minorias, dos dominados, dos “sem-escrita” e que assumisse assim dimensões de recomposição social em comunidades profundamente divididas. São de tal emblemáticos os trabalhos de Verne Harris na África do Sul³¹, ou a investigação sobre os complexos contextos de criação de arquivos nacionais em novas nações³². Numa segunda fase, e com prolongamentos até ao presente, estas circunstâncias vieram trazer problemas teóricos e alargamento temáticos em torno do eurocentrismo da conceção do arquivo e dos conceitos base da arquivística. Entre os principais, destacam-se as investigações sobre arquivos não tradicionais³³, documentos de arquivo de natureza diferente do que foi conceptualizado como tal na tradição ocidental³⁴, práticas e princípios de arquivo ocidentalizadas conduzindo à má interpretação de documentos, objetos e contextos³⁵, sentimentos das minorias em relação ao arquivo³⁶, conceção de serviços de arquivos que condignamente custodiem, comuniquem e estudem as “vozes indígenas e das comunidades”³⁷, defesa do poder ético do arquivo³⁸.

Sem passar exatamente por estas vias, alguns medievalistas, ligados em especial a correntes de história antropológica, estudaram o arquivo à luz de grelhas analíticas semelhantes. Veja-se, a título de exemplo, três obras de grande poder sugestivo. Em primeiro lugar, o trabalho de Michael Clanchy sobre a relação entre memória e arquivos na Idade Média, demonstrando o carácter compósito dos arquivos medievais ingleses, onde documentos

³⁰ Pela magnitude deste campo, seja-nos permitido remeter para dois estados da questão e análises críticas em POUCHEPADASS, 2008; KETELAAR, 2016.

³¹ HARRIS, 2007; HAMILTON et al. (dir.), 2002.

³² TOUGH, 2009; PUNZALAN, 2006; COOPER, 2007.

³³ BASTIAN, 2012.

³⁴ ANDERSON, 2013.

³⁵ BELOVARI, 2013.

³⁶ LESLIE, 2002; SHILTON & SRINIVASAN, 2007; IACOVINO, 2010.

³⁷ SASSOON & BURROWS, 2009.

³⁸ JIMERSON, 2009.

em pergaminho conviviam com objetos sacros e exóticos, e a este respeito chama a atenção para o anacronismo que consiste a divisão destes conjuntos pelos especialistas modernos da conservação do passado, em museus, bibliotecas e arquivos³⁹; e, nos inícios do que iria desenvolver-se como uma fecunda área de investigação, os cartulários, apresenta os exemplares dos séculos XII e XIII como um desenvolvimento do hábito de copiar/ diplomas dentro de códices de Evangelhos, não somente como uma prática de conservação, mas como forma de ligar a prova ao texto sagrado, que dispensaria até determinadas formalidades a que chamaríamos administrativas. Elas eram consideradas supérfluas porque o "(..) charter was seen as no more than an adjunct or afterthought to a traditional conveyancing ceremony involving living witnesses and symbolic gestures. Confidence in charters as in Gospel books depended primarily upon faith"⁴⁰. A questão central da natureza da prova ("arquivística") como socialmente configurável, que está no centro desta investigação, será magistralmente retomada por um dos maiores expoentes do pensamento arquivístico contemporâneo, Terry Cook, no seu último escrito, no qual insiste sobre a historicização da mesma; a sua proposta vai mais longe, na sugestão de não se opor "memória" a "prova", na diacronia dos arquivos e na variedade contemporânea dos mesmos, para efeitos de compreensão e efetivação do próprio trabalho arquivístico⁴¹.

Já em 2007, o tema da complexa natureza dos arquivos medievais é retomado por Patrick Geary na sua intervenção no Sawyer Seminar organizado por Francis Blouin e W. Rosenberg em torno do tema das "instituições de memória social", que veio constituir um marco na difusão deste "novo" conceito de arquivo.⁴² A contribuição do medievalista americano, provocadoramente chamada "Medieval archivists as authors", termina pela própria crítica à utilidade da noção de autoria, demasiado fraca, apesar da ousadia nela contida quanto ao desempenho dos monges compiladores e redatores de cartulários. Os diversos trabalhos de cartularização monástica que analisa, de facto, congregam uma mistura de componentes bem para além da autoria, mas além também de uma consideração isolada das motivações habitualmente consideradas (religiosas, memorialísticas, administrativas, institucionais): como em múltiplos outros aspetos da sociedade ocidental

³⁹ CLANCHY, 1980-1981: 121-122.

⁴⁰ CLANCHY, 1980-1981: 122-123.

⁴¹ COOK, 2013: 100-104.

⁴² BLOUIN, ROSENBERG, 2007.

pré-moderna, em especial nos seus primeiros séculos, é a presença simultânea, a sobreposição e a “interseção” daquelas variantes que lhe conferem existência: “They exist at the intersection of piety, obedience, expediency, collectivity, and memory.”⁴³

Interessa sobretudo salientar, nestas leituras, a postura teórica que exige uma consideração não anacrónica dos arquivos do passado (e dos seus “coevos contemporâneos»), sob pena de operar uma história progressivista da arquivagem, que não reconheça como tal ações afins e que se construam interpretações históricas simplistas (quando não enviesadas ideologicamente). É neste âmbito que se situa a riqueza do trabalho de Tamer El-Leithy sobre arquivos/ práticas arquivísticas do Cairo medieval⁴⁴. O autor começa por abordar a questão historiográfica do sentido da “ausência de arquivos” no Médio-Oriente otomano, considerada por diversos autores como marca civilizacional (ausência ou fragilidade de estruturas de governo formais e burocráticas) e/ou conduzindo, por parte de outros, a esforços duplicados de pesquisa positivista e empírica. Desmontados os problemas inerentes às duas posturas, El-Leithy propõe uma resposta não anacrónica, que consiste em antes de mais definir o arquivo em função das lógicas sociais do contexto. A investigação é desenvolvida de seguida numa lógica de exploração de casos, em que a definição do material empírico como “arquivo” é apresentada ao leitor de forma aprofundada, tal como o substrato de práticas que o enformam (encarado como uma tradição arquivística com as suas convenções próprias, condições de produção documental específica, lógicas internas, que contemplem tanto os sentidos da produção de arquivos, como das destruições de documentos, comuns no contexto social). O estudo deixa um apelo à “reconceptualização do inquérito” – em vez de procurar arquivos como uma “entidade fixa e estática”, definida em geral pela normativa da História europeia, deve-se investigar o valor dos documentos na sociedade medieval, e os usos que lhe eram dados. Tal permitirá reclassificar como arquivos o que tem sido, por exemplo, considerado “coleções” e, em função da compreensão dos objetivos de constituição, conservação e usos destas pelos seus autores, alargar e redefinir o conceito de arquivo⁴⁵.

43 GEARY, 2007: 112.

44 EL-LEITHY, 2011.

45 EL-LEITHY, 2011: 432 .

3. Um mútuo desconhecimento? História, ciência da Informação, ciência arquivística⁴⁶.

“(...) el fin de la Archivística no es el de “hacer encontrar” a los usuarios de los archivos los documentos útiles para su búsqueda: esta es simplemente una consecuencia de la correcta aplicación en el plano práctico, en cada ordenamiento, de los principios teóricos que rigen esta ciencia. (...) Finalidad de la Archivística es el progreso [científico] de la misma”.

Elio Lodolini ⁴⁷

Aborda-se de seguida o que surge a muitos como um campo científico de difícil compreensão, a começar pela própria denominação e pelo objeto, quanto os quais há ainda uma algo intimidante pluralidade de posições. É fundamental dizer que, se tal se faz a partir do campo da História, tenta-se, primariamente, obliterar tanto quanto possível a perspetiva da “utilidade” para esta disciplina. Dito de outro modo, pensando antes no enriquecimento que pode trazer a (re)construção diversa de um objeto (talvez) comum, por cientistas com outro passado disciplinar e com outras preocupações atuais. Para tal alcançar, tentar-se-á antes de mais caracterizar a área de saber que se constituiu em torno do material com que os historiadores trabalham – que, evidentemente, neste regime de conhecimento não é tal, possuindo um estatuto diverso. Num segundo momento, procurar-se-á, aí sim, refletir sobre o modo como os dados deste novo saber podem alterar o trabalho do historiador, embora, como veremos, não seja frequente o intercâmbio teórico e metodológico.

Assumem-se os riscos de falar de campos de estudo que devem hoje ser encarados pelos historiadores como estranhos ao seu, com apenas uma

⁴⁶ Não ignoramos que, sob diferentes aspetos, a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística não são duas Ciências distintas, mas que há escolas com formas diferentes de conceptualizar a relação ente ambas. Na verdade, a recusa, pela Ciência da Informação, da atribuição de um estatuto de ciência de ao que é antes definido como “disciplina aplicada” no seu interior, está no entanto bastante circunscrita ao modelo de Ciência da Informação tal como ele praticado pela chamada “Escola do Porto”. Para a generalidade das escolas, há pertinência científica autónoma no tipo de informação que é estudado pela arquivística e, nas escolas que a conceptualizam como Ciência Arquivística, a relação com a Informação tem diferentes modalidades, mas não se consideram um ramo de uma Ciência abrangente daquele objeto. Em função de tal, do que adiante referimos sobre a solidez de postura científica, publicações e investigação da atual *Archival Science*, e do que vemos como uma relação insuficientemente teorizada - a ideia de “disciplina aplicada” - (cfr. nt. 56) a nossa preferência vai para um modelo mais aberto de relação entre ambos os campos de saber, e uma inserção clara na “Archival Science».

⁴⁷ LODOLINI, 1991: 48-49.

parte de passado em comum – a componente de antiga ciência auxiliar da História da arquivística é tão-somente uma das várias que desaguaram no atual campo de saber. Rejeita-se, portanto, qualquer suspeita de paternalismo da História; de resto, a própria experiência desta, quanto ao seu percurso disciplinar, pode ser relevante: nas últimas décadas, ela passou pelas mais profundas convulsões (incluindo decretos de morte certa e diagnósticos de inutilidade científica), mas conseguiu alcançar o que parece ser hoje um mar mais tranquilo, onde se aceita a pluralidade de escolas, métodos e objetos, e onde se defende o aprofundamento teórico e epistemológico como condição de “melhor ciência”, em detrimento de uma onnipresença da performance metodológica como garante de qualidade⁴⁸.

Este estado de alguma serenidade do campo científico, em função da aceitação da possibilidade de coexistirem diferentes formas de operar, poderá por ser lado ser um exemplo a adotar no campo que resultou da recomposição dos saberes arquivístico, biblioteconómico e documentalista (sob os influxos concomitantes da “Ciência da Informação” de matriz tecnológica, e da “Ciência da comunicação”). De facto – é forçoso dizê-lo –, a luta pelo assento académico e pelos recursos para a investigação, bem como uma ânsia em estabelecer o que quase se configura como “kit de nova ciência”, parece ter levado algumas escolas a posturas de exclusão, a classificações de centro-periferia, a uma tendência a operar com juízos de autoridade, à formulação de princípios disciplinares de modo algo apressado (o perigo das “definições persuasivas” em Ciência da Informação, de que falam cientistas tão experientes na área como Rafael Capurro e B. Horjland⁴⁹) e ao concomitante deficit de capacidade de projeção/ diálogo mais alargado (internacional e interdisciplinarmente). Poderá ainda obstar ao receio – mais que natural – que a grande variedade de definições de objeto de estudo, métodos e teorias de o(s) abordar – conduza à dispersão/ atomização de um campo científico em consolidação, à perda dos importantes ganhos teóricos e uma reconfiguração negativa dos espaços académicos e de investigação alcançados. Parece-nos, de novo a partir do que a História aprendeu à sua própria custa – tornando-se científica e eticamente melhor depois da ultrapassagem da tormenta -, que tal não é o percurso natural do campo científico, precisamente porque nas condições atuais de produção e difusão de conhecimento, o modelo oitocentista de ascensão e consolidação de ciências, tendencialmente único e imperialista, já não está em funcionamento: não

⁴⁸ AURELL, 2005; IGGERS *et al.* 2008.

⁴⁹ CAPURRO & HORJLAND, 2007: 154-55.

resiste à rede, à multiplicidade de fóruns com capacidade para se fazerem ouvir, à diversidade de modos de validação do conhecimento, a, finalmente, um saudável relativismo pós-moderno em relação a narrativas disciplinares únicas e a projetos de poder científico.

Como referido de início, existem formas diversas de definir este campo de estudos, que assentam, antes de mais, em diferentes conceções do objeto. Sem poder evidentemente desenvolver o assunto em profundidade, concentrar-nos-emos nas duas grandes formas que dizem respeito ao tema em estudo: a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística.

A primeira apresenta particulares questões, pois existe uma enorme pluralidade de definições quer do campo de saber, quer daquele que será o seu objeto quer, ainda, da sua relação com aquilo que consideram saberes internos setoriais (e que outras perspetivas consideram ciências autónomas). Assim, antes de mais, há uma disputa interna na própria Ciência da Informação, que implica metodologias complexas para a seleção de objetos, teorias e métodos – dito de outro modo, esta seleção não pode ser feita sem o exame do campo e só é credibilizada se as escolhas teóricas e metodológicas assentarem em fundamentos sólidos, reconhecidos como tal pela comunidade científica internacional. Um exemplo claro da demonstração destas dificuldades foi o estudo de Chaim Zins, publicado em 2007, resultante de uma metodologia de inquérito Delphi, em que foram sucessivamente recolhidas, analisadas e sopesadas definições de objeto, método e teoria em Ciência da Informação provenientes de cinquenta e sete “leading scholars” da área⁵⁰. O Autor destaca a diversidade, e tenta propor uma síntese, definindo seis grandes modelos; de seguida, privilegia o modelo mais aceite, a que dá o nome de “culture model” (“a Ciência da Informação consistindo no estudo dos aspetos mediadores do fenómeno D-I-K-W [*data-information-knowledge-wisdom*], tal como são implementados no domínio cultural”), o que o leva a sugerir a substituição do conceito de “Ciência da informação” por “Ciência do conhecimento”⁵¹.

A Ciência da Informação encontra-se assim, ainda, num momento de definição interna, que surge porém como especialmente consistente nas sedes que assumem teorias e metodologias partilhadas de construção do saber. Parece-nos pouco provável, à luz da diversidade patente nestes e noutros estudos recentes⁵², que colocam acento, nomeadamente, na plura-

⁵⁰ ZINS, 2007; ZINS, 2007a; ZINS, 2007b; ZINS, 2007c; DEBONS, 2007.

⁵¹ ZINS, 2006.

⁵² FONDIN, 2005; BORGES & SANZ CASADO, 2009; STOCK & STOCK, 2013 (sobre o livro e

lidade de métodos de investigação⁵³, que se chegue a uma definição única – e resta interrogar, claro, se tal seria desejável, em vista do progresso do conhecimento.

Pela relevância que adquiriu no panorama universitário português, não poderíamos terminar sem referir – ainda que brevemente –, entre as várias perspetivas da Ciência da Informação, aquela que tem vindo a ser definida por um grupo de cientistas e académicos sediados na Universidade do Porto, a partir da década de 90 do século XX⁵⁴. Tentando não trair o pensamento dos membros do grupo – que tem, naturalmente, sofrido alterações com a passagem do tempo – apontaríamos, como suas características centrais, a aceitação da Informação como objeto de estudo e núcleo unificado da disciplina científica (“Ciência da Informação”), a adoção da teoria sistémica de Ludwigg von Bertalanffy como linha teórica, e do “método quadripolar” como metodologia⁵⁵. Em termos de posicionamento da Informação em relação aos saberes provenientes das áreas tradicionais da documentação, se num primeiro momento se falou de ciências internas, veio-se paulatinamente a conferir-lhes o estatuto de “disciplina aplicada”⁵⁶. Este grupo

a sua receção no modelo português de Ciência da Informação, veja-se a recensão alargada de SILVA, 2016); SILVA & GOMES, 2015.

⁵³ CHU, 2015; GAUCHI RISSO, 2016.

⁵⁴ Tomando como pontos de chegada da primeira fase da reflexão a tese de doutoramento de Fernanda Ribeiro (RIBEIRO, 1998) e o livro *Teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al., 1998).

⁵⁵ SILVA et al., 1998; SILVA & RIBEIRO, 2008²; sobre o “método quadripolar”, SILVA, 2014. Pensamos ser imperativa uma apreciação extensa desta proposta, que ganhou presença em trabalhos académicos do setor - valha a verdade que por vezes de forma quase ritual, não correspondendo a uma real alteração do trabalho realizado. Sem desmerecer de modo algum no esforço dos seus proponentes para reforçar cientificamente a conceção específica de Ciência da Informação que elaboraram (em especial Armando Malheiro da Silva, que defendeu extensamente o “método quadripolar” no último artigo publicado sobre ele - SILVA 2014), haverá que alargar o debate aos adeptos de visões diversas da arquivística, e avaliar as mais-valias da aplicação da proposta. De resto, será imprescindível, aqui como em qualquer outro campo disciplinar, praticar a moderna crítica da Ciência, isto é, a que defende ser necessário, para compreender as “teorias” elaboradas por grupos académicos, ter em conta as configurações institucionais e os jogos de poder dentro das redes universitárias e de investigação, em especial em épocas de reconfiguração dos saberes, em que setores tradicionalmente marginalizados – v.g. por serem considerados “técnicos” – empreendem trajetórias de acesso àquelas esferas e, depois, de consolidação do estatuto, por vias diversas, não unicamente de construção científica (nada de diferente, de resto, ao anteriormente feito pelas ciências já instaladas). Porém, pela vastidão do tema, e a seriedade com que merecem ser abordadas as ideias em apreço, não seria possível tratá-lo de forma abreviada no âmbito de um artigo que procura contemplar a totalidade do campo científico, e não apenas uma das correntes deste. Preparamos um estudo sobre o assunto, que contamos publicar com brevidade.

⁵⁶ RIBEIRO, 2011. Na impossibilidade de fazer neste texto uma crítica mais alargada a este posicionamento, e porque a que temos em preparação, como referido na nota anterior, deixamos aqui alguns breves apontamentos, que atestam pelo menos a importância e urgência que conside-

científico esforçou-se por conseguir uma inscrição académica e de investigação *de per se*, com notável investimento nos modelos de formação universitária, tendo-se inserido, em termos de modelo internacional formativo e de investigação, no consórcio “iSchools”⁵⁷. Foi ainda despendido um significativo esforço na produção de literatura didática e de instrumentos de trabalho (com conceptualizações, e precisões terminológicas, nomeadamente, entendidas como fase imprescindível de afirmação de uma ciência)⁵⁸, bem como nas relações internacionais (embora a projeção seja sobretudo no Brasil). Nos últimos anos, a produção científica tem incidido, em Portugal, numa revisitação de alguns temas fundadores, como a metodologia, e a centralidade da informação⁵⁹; no Brasil, estudiosos mais inclinados para a esta escola de pensamento, outros dela mais críticos, têm trabalhado, com notável domínio da informação teórica atualizada e diversificada, em pontos por esclarecer ou debater, nomeadamente no que toca à relação da “disciplinas/ciências aplicadas” com a Ciência da Informação⁶⁰, ou no conceito de documento em relação ao de informação⁶¹.

Vejamos agora a segunda forma de configurar o campo disciplinar, a denominada “Ciência Arquivística”. Em muitos âmbitos académicos e de investigação, embora a Ciência da Informação seja considerada um campo científico da maior relevância, a arquivística é creditada com o estatuto de ciência, independente da primeira, e com ela tecendo relações de igual para

ramos dever ser atribuída à discussão do tema. No nosso entender seria urgente e imprescindível uma definição mais clara do que é uma “disciplina aplicada” (e esclarecer oscilações como a “ciência social aplicada” (SILVA, 2006: 140-141); de outro modo corre-se o risco de reproduzir a dicotomia ciência/ técnica de que a arquivística, a biblioteconomia, etc, tanto criticaram quanto à natureza da sua relação com a História. Um esforço de definir de modo claro e concreto a posição da arquivística dentro da CI, data de 2000 e não foi sistematicamente perseguido (SILVA, 2000). Em SILVA & RIBEIRO, 2008², a negação do estatuto de ciência à *Archival Science* e à *Library Science* é categórica, porque se considera que são “aplicações ou especificações teórico-práticas ínsitas a um «território» uno e identificável como tal” (p. 79) (talvez o termo “território”, com a sua conotação possessiva e fronteira, não seja a melhor maneira de definir um “campo científico” hoje em dia). De resto, dada a importância, capacitação científica, e inscrição académica da *Archival Science* (como adiante brevemente veremos), seria importante estabelecer um diálogo mais assíduo e fundamentado com os seus autores e fóruns de discussão; tal permitiria, por um lado, reforçar a cientificidade da proposta portuguesa, e, por outro, difundir as suas questões em ambientes mais alargados e críticos.

⁵⁷ <http://ischools.org/>

⁵⁸ Veja-se por exemplo SILVA, 2006: 137 e ss; e a ferramenta *DeltCI - Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação* (disponível em <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1668>).

⁵⁹ SILVA, 2015; SILVA, 2016.

⁶⁰ SILVA *et al.*, 2009; ARAÚJO, 2011.

⁶¹ RABELLO, 2009.

igual. O fundamento da distinção é, antes de mais, a especificidade da informação arquivística, e a complexidade das operações analíticas sobre ela realizada⁶². Na sua denominação mais corrente, em língua inglesa, a «Archival Science» é sobretudo um produto do repensar da arquivística pelas correntes pós-modernas⁶³, na qual confluíram as tradições arquivísticas e – parcialmente – de gestão documental da área norte-americana, canadiana e australiana, com a participação de arquivistas e *media-scientists* europeus como Eric Ketelaar ou Theo Thomassen⁶⁴, e com uma forte ligação às Ciências Sociais. Em 2002, no primeiro número da revista *Archival Science*, onde a escola encontra uma expressão privilegiada, Theo Thomassen subscreveu um artigo elaborado coletivamente que funcionou como manifesto da Ciência proposta (note-se que apresentado como podendo coexistir com outras perspetivas, aberto, e em progresso)⁶⁵. Os conceitos centrais são apresentados como o “documento [contendo informação ligada a processos]”⁶⁶ e o “arquivo”. Distingue-se de outras ciências em função do seu objeto, objetivos e metodologia:

“Its object is process-bound information, which is to say: both the information itself and the processes that have generated and structured that information. Its aims are the establishment and maintenance of archival quality, that is to say: of the optimal visibility and durability of the records, the generating work process and their mutual bond. Its methodology is the analysis, recording and maintenance of the links between the function of the information recorded on the one hand and its form, structure and provenancial context on the other”⁶⁷.

Tem uma ligação estreita às ciências sociais, nomeadamente à História social do arquivo (iniciada pela ligação à área de estudos do “power/ knowledge” de Peter Burke) e à antropologia/ estudos pós-coloniais. Apresenta um pensador teórico forte em torno da reconceptualização dos conceitos fundadores

⁶² THOMASSEN, 2001; KETELAAR, 2013; MCKEMMISH & GILLILAND, 2013; MACNEIL & EASTWOOD, 2017².

⁶³ Foi seminal o estudo de COOK, 2001; para um balanço, com olhar mais relativista, HARDIMAN, 2009; KETELAAR, 2016.

⁶⁴ Para uma apresentação da área, RUMSCHÖTTEL, 2001; KETELAAR, 2007.

⁶⁵ THOMASSEN, 2001.

⁶⁶ Optámos por esta formulação para uma correta tradução de *record*, na aceção seguida (THOMASSEN, 2001: 374).

⁶⁷ THOMASSEN, 2001: 382. Remetemos para o artigo para uma caracterização completa, que aqui nos é impossível fazer.

da arquivística, e um acentuado engajamento social, como envolvimento nos debates e ações sobre arquivos de comunidades, de minorias, novos tipos de arquivo, “desprovincialização do arquivo”, criação e discussão das instituições de memória social, etc. A revista *Archival Science*⁶⁸ é um dos seus principais fóruns, se bem que a linha editorial de publicações como a *The American Archivist*⁶⁹ (da *Society of American Archivists*), a *Archivaria* (da *Association of Canadian Archivists*)⁷⁰ e a *Information and culture* (editada pela *School of Information- U. Texas*) seja afim (a última dedicando-se, em especial, à história da informação, dentro do campo da Ciência da Informação)⁷¹. Nos últimos anos, os membros e as instituições de ensino ligadas à esfera da *archival science* têm dedicado uma atenção particular à investigação, desenvolvida em amplas redes internacionais. São exemplo da pujança alcançada a publicação recente de uma Enciclopédia da área de saber⁷², e da obra coletiva dedicada à investigação que nesta se leva a cabo, significativamente intitulado *Research in the Archival Multiverse*⁷³, assumindo a tendência crescente dos membros da AS para tomar como objeto o “mundiverso arquivístico”. De algum modo em paralelo com o já referido consórcio *iSchools*, e em reação a este, constituiu-se a partir de 2008 o consórcio *AERIS* - “Archival Education Research Initiative”⁷⁴-, com o qual cremos que seria importante desenvolver relações institucionais, por parte das universidades portuguesas.

Após uma apresentação em que, apesar dos condicionalismos de espaço, se tentou não atraiçoar a riqueza da reflexão deste(s) campo(s) do saber, ou destas formas diversas de construir um campo de saber, passemos ao conjunto de reflexões (ou interrogações/ perplexidades) sobre o modo como os ganhos daquele podem alterar o trabalho histórico. Repetimos a insistência na necessidade, por parte do historiador, de uma aprendizagem não utilitária de conceitos, metodologias e teorias. É fundamental, antes de mais, perceber o que dizem a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística quanto ao documento, à informação, ao processamento de ambos, em si e por si, e não quanto às operações historiográficas.

68 <http://link.springer.com/journal/10502>.

69 <http://americanarchivist.org/?code=same-site>.

70 <http://archivaria.ca/index.php/archivaria>.

71 <http://www.infoculturejournal.org/>.

72 DURANTI & FRANKS, 2015.

73 GILLILAND et al., 2016.

74 <http://aeri.website/>; PUNZALAN, 2017. Os “institutes” são encontros de formação anuais hospedados pelas diferentes instituições parceiras.

Nas últimas décadas, o enorme interesse das Ciências Sociais pelo “arquivo” conduziu à aceitação generalizada de aspetos que antes passavam despercebidos. Referimo-nos, em especial, aos tópicos do arquivo como construção, dos arquivistas como mediadores/ transformadores ativos, do arquivo como dispositivo de domínio. Para os historiadores, além destas questões, há um muito maior interesse pela história dos saberes arquivísticos e biblioteconómicos, se bem que o seu contacto com estes aspetos – como nos casos anteriores – nem sempre seja feito por via da reflexão da Ciência da Informação ou da Ciência Arquivística.

Cabe porém perguntar qual a receção a ideias e questões de índole mais teórica e metodológica, em especial aquelas que estão no coração da constituição, como ciências, de antigos saberes existentes na órbita da História, que aí realizavam funções que, embora de relevo, eram subalternizadas. Dito de outro modo e considerando agora expressamente a arquivística, até que ponto a “revolução” que levou à capacitação científica desta como ciência, teve repercussões na forma de os historiadores pensarem aqueles materiais? A questão é tanto mais relevante quanto a nova ciência trabalha sobre uma significativa parte dos materiais da História.

O caso dos conceitos de documento e de informação pode servir-nos a uma primeira resposta, necessariamente exploratória. O conceito de “documento” é fundador na historiografia, como se ensina a qualquer aprendiz de historiador. O alargamento dos tipos de documento e a construção de questionários para os estudar foram pedras de toque da renovação historiográfica dos *Annales* e não só, sendo hoje um dado adquirido na prática da História. Porém, como vimos acima, a questão da natureza do ato e do pré-ato documental raramente esteve no *mainstream* da reflexão historiográfica. Ora, quer do lado da Ciência Arquivística, quer do lado da Ciência da Informação como ciência social, há uma enorme literatura sobre a natureza do documento, do “record”, da informação registada e não registada, do “ato informacional”, que toma estes conceitos e realidades como objeto mesmo da sua investigação, de modo não retrospectivo, ou seja, não os olhando como «fonte», como «vestigio», ou em função do que “sobrou” dela, mas a partir do momento do seu proferimento e subsequente conservação/destruição. Como é que as correntes que insistem particularmente na “Informação” como objeto de estudo, que integram a antiga Arquivística (de diferentes modos)⁷⁵, podem contribuir para a reflexão do historiador? O que é a “informação” para essas correntes? O que é a discussão “informação

⁷⁵ BLOUIN & ROSENBERG, 2011.

vs documento” e a separação daquela do seu suporte? Não pode levar à descontextualização e à ignorância do papel constituinte do “conteúdo da forma”, esse enorme ganho da “viragem linguística”?

Alguns trabalhos da Ciência Arquivística sobre as práticas de registo da informação contêm reflexões muito semelhantes às dos historiadores quanto aos limites das formas de conhecimento do “real” através de vestígios, traços, etc, introduzindo a mesma distância que aqueles já reconheceram quanto à possibilidade de conhecer o passado “tal como ele foi”. Um exemplo extremamente interessante é o estudo de Ciaran Trace, «What is recorded is never simply “what happened”. Record keeping in modern organizational culture», onde se interroga, a partir da Ciência Arquivística, a construção social do registo/documentalização, recusando uma visão ingénuia de que se regista “o que aconteceu”. A riqueza adicional da investigação nasce do facto de se centrar na produção de informação e seu registo (documentalização) de um produtor com regras institucionais prévias e muito formalizadas, para a concretização daquele ato – a polícia, no seu tratamento da delinquência juvenil –, que porém são constantemente negociadas e selecionadas⁷⁶. O documento que documentaria o “real” pode, assim, “não documentar”.

Este exemplo mostra como uma forma muito relevante de colaboração será a partir da explanação dos conceitos, das lógicas de trabalho e da história da constituição disciplinar feita pelos próprios cientistas destes “novos” campos⁷⁷. Há um conjunto de barreiras tão mais difíceis de transpor quanto ou são demasiado familiares, ou demasiado ocultas. Estão no primeiro caso as redefinições de conceitos, mantendo as palavras conhecidas pelos historiadores; no segundo, a cientifização do que o historiador via como “técnicas” do arquivista, etapas mais ou menos desinteressantes que este ia realizando a fim de preparar os materiais de trabalho. Neste âmbito, são iluminadores os textos de Terry Cook sobre a evolução histórica da “archival science”, e sobre as “novas formulações de novos conceitos”⁷⁸. A reflexão sobre o passado e a prática disciplinar feita pelos próprios – com

⁷⁶ TRACE, 2002.

⁷⁷ “... let me to consider, in light of the increasingly frequent analysis of the archive within the academy, what it means to “be cognizant of [the archives’s] horizons, wary of its distortions, sceptical of its truth claims and critical of its collaboration with state apparatuses.” In other words, how does one effectively historicize the archive? One possible approach to this question is to focus on the logics and practices of “the archive”: interpretation, classification, identity, evidence and authenticity.” ROBERTSON, 2006: 70

⁷⁸ COOK, 1997; COOK, 2001; COOK, 2009; COOK, 2013.

todos os riscos que possa ter (mas neles também incorre o historiador ao fazê-lo para a sua ciência) – é muito mais rica do que feita por elementos externos. As tentativas de “bridge the archival divide”, encontrando novas formas de colaboração, de igual para igual, fundadas num conhecimento mútuo, e respeito pelas diferenças (muito mais do que numa bem intencionada ideia de interdisciplinaridade), que vemos em arquivistas como Tom Nesmith ou que presidem às conferências I-CHORA, são outros tantos exemplos a seguir⁷⁹.

Olhando a partir dos contributos da História, de que modos podem ajudar, por seu lado, linhas historiográficas pioneiras como a referida tentativa da historiografia alemã das práticas de saber e conhecimento, para historicizar a “informação” e situá-la como manobra antecessora do “conhecimento”? A ideia de informação como matéria diferente (prévia, concomitante) ao ato de registar, e a existência de todo um conjunto de práticas da sua “gestão” foi colocada no centro dos problemas, a partir dos anos ‘30 do século XX, pelas correntes da “information management” e “records management” – portanto, então, muito longe da “arquivística clássica”. A(s) conceptualização(ões) da “gestão da informação” pela Ciência da Informação e pela Ciência Arquivística podem ser usada pelo historiador? Capturar no tempo algo expresso (também) na pré-documentalidade obriga ao desenvolvimento de técnica de pesquisa novos, à valorização de indícios específicos. Os estudos sobre registo, manuseio e uso de informação em administrações complexas, a partir dos objetos materiais que a tal serviam (índices, inventários, instruções, etc) como os levados a cabo por Randolph Head para a Europa dos séculos XV a XVIII, são sem dúvida um passo de relevo⁸⁰; e o apelo a “novos protocolos de investigação”, que partam da «imaginação científica» do historiador, feito por E. Anheim, para abrir a profundidade retrospectiva da “fonte”, encontra aqui, talvez, uma aplicação possível.

A exposição das grandes linhas de referência teórica, na múltipla convergência disciplinar que as forma, demonstrou, espera-se, as virtualidades e vantagens de uma reflexão conjunta. A partir do lugar de que se fala, o da História, ela consubstancia-se, antes de mais, na possibilidade de um olhar renovado e mais profundo sobre os materiais de trabalho. Na segunda parte do texto, ir-se-á, assim, apresentar uma proposta concreta nesse sentido.

⁷⁹ Alguns textos essenciais: NESMITH, 2004; NESMITH, 2005; BLOUIN & ROSENBERG, 2011; ROBERTSON, 2011.

⁸⁰ Serão recolhidos em HEAD, [2018]; veja-se entretanto HEAD, 2015; HEAD, 2016.

II PARTE – Proposta de um percurso de investigação

Il n'existe pas pour l'histoire de source qui n'aurait pas existé d'abord en tant que document de son temps

*Ludolf Kuchenbuch*⁸¹

O percurso de investigação que se apresenta nasceu, com efeito, da frequência de várias áreas que não são a da formação própria – antropológica(s), arquivísticas, “informativas” – e da intenção de as conciliar, com um olhar sobre a História que não a classifique como “saber sobre o passado”, mas antes ciência da transformação social no tempo (numa temporalidade complexa)⁸² – e que toma como núcleo e local ideal para observar esta transformação, a “vida” dos materiais de trabalho, eles próprios existentes no tempo, por este continuamente trabalhados, e sendo também co-presentes do historiador. Nasceu, ainda, de uma prática de trabalho historiográfico, que no convívio com elas foi evoluindo, e acumulou insatisfação contra um modo de fazer História não interrogativo dos materiais⁸³.

O objetivo central é, portanto, o de reconstruir todo o caminho das chamadas “fontes”, na sua integralidade: da informação à materialidade documental, passando pelos usos ao longo do tempo, incluindo aqui as edições e a historiografia. Adequando a terminologia, estudam-se processos sociais com informação/ documentos, e com/ em arquivos/ sistemas de informação. Caso o arquivo/ sistema de informação, não exista, ou exista apenas parcialmente, procurar-se-á reconstituí-lo até ao maior nível de completitude possível, anotando, sempre, as operações realizadas para tal.

Entendemos este caminho – da produção de informação à utilização pelo historiador – enquanto processo social, com carácter dinâmico: a produção de informação – documentalização – arquivização (organizacional e histórica), com consideração do que se conserva e do que desaparece / desa-

⁸¹ KUCHENBUCH, 2004: 306.

⁸² Sobre a questão, MORSEL, 2016.

⁸³ No que toca à sua aplicação em arquivos de família, deve mencionar-se o trabalho colaborativo realizado com as doutorandas que prepararam ou preparam doutoramentos sobre o tema, desde 2009: Rita Nóvoa (cfr. NÓVOA, 2015); M^a João Andrade e Sousa; Margarida Leme; Alice Gago; Filipa Lopes; Judit Gutierrez de Armas. O programa ARCHIFAM e o projeto INVENT.ARQ também permitiram as discussões com outros colegas, sendo obrigatório destacar os generosos e sábios contributos de Armando Malheiro e de Abel Rodrigues, pioneiros na elaboração e aplicação de princípios e métodos de tratamento dos arquivos de família que têm sido de grande utilidade ao trabalho realizado na FCSH.

pareceu. É antes de mais necessário incorporar a perspectiva de que as instituições de Antigo Regime produziram informação e arquivos institucionais. Quando existiam, eram organismos vivos que geriam estes campos de ação. Elas não eram/ são os “seus” “arquivos históricos” que hoje se encontram depositados nas atuais instituições arquivísticas patrimoniais; e analisá-las segundo o percurso proposto implica sair deste horizonte final, que não raras vezes o historiador nem sequer interroga, tomando-o, como referem J. Morsel e L. Kuchenbuch, como ponto de partida. A perspectiva a adotar é, ao invés, estudar o processo que faz do arquivo histórico o ponto de chegada: a produção e gestão de informação [organizacional] no passado, como fazem os gestores de informação de hoje: origens, fluxos, lógicas, representações, comunicação intra e inter-institucional. Parte-se da reconstrução do universo, ou do panorama, de produção de informação e posterior documentalização, tendo-o em conta em si: tanto para a análise histórica global, como para avaliar de forma correta “o que restou”, não o absolutizando.

É por fim importante lembrar que, no caso das instituições de Antigo Regime, a natureza da informação circulante, gerível e documentalizável, não era apenas escrita – ou nem era maioritariamente escrita. Um aporte particular tanto da História antropológica, como dos estudos dos atuais arquivos de comunidades, ou dos “arquivos diferentes” (de matriz não europeia moderna, orais, pictóricos, simbólicos, etc), será o de incluir neste percurso a consideração, recolha e tratamento da informação imagética e oral, simbólica, memorialística e cerimonial, que era essencial para o funcionamento (e nossa compreensão) de muitas comunidades / grupos sociais, nomeadamente «Casas» e outras configurações institucionais da família: brasões, edifícios, relatos orais, etc.. Os estudos sobre arquivos de civilizações sem escrita, por exemplo, ajudam à perceção como terá sido feita a gestão e conservação da parte oral da produção de informação pré-moderna – ou pelo menos à tomada em conta da sua existência.

Apresenta-se aqui a aplicação deste percurso a um arquivo de família, do qual existam documentos diretos (eventualmente, adicionando-lhe referências de inventário aproveitáveis e/ou trabalhando numa reconstituição dos documentos produzidos e recebidos através dos exemplares pertencentes a arquivos de instituições relacionadas). A proposta é porém passível de outras escalas de aplicação – redes de várias instituições formalmente conectadas (produção e conservação de informação organizacional de uma ordem religiosa, por exemplo), ou espaços administrativos (produção e conservação de informação organizacional das instituições de uma circunscrição); em abordagens que congreguem fontes de diversa origem em torno de questões

(temas, geografias)⁸⁴, ou, ainda, quanto a uma fonte específica ou a tipologias de fontes (hagiografia, cronística: qual a estrutura de informação produzida e conservada que estamos a usar como central?)⁸⁵. É também possível, por fim, pensar para ela um escopo mais vasto: a partir da reunião de estudos sobre a produção e conservação da informação e da documentação organizacionais das diversas instituições de Antigo Regime (da Coroa, da Igreja, das diferentes formações corporativas), operar uma reconfiguração da paisagem informacional/documental daquela sociedade, desenhando um “mapa” das instituições, dos atos informacionais por elas produzidos e da sua “documentalização” e conservação – na esteira das propostas de Paolo Camarossano e seus continuadores⁸⁶. Nesse projeto, e partindo da assunção de que o “modelo arquivo nacional” destruiu aquela “paisagem”, e que é ilógico e lateral pensar nela a partir dos “arquivos onde hoje estão os fundos”, procurar-se-ia reconstruir uma rede de produção informacional e arquivística diversa, que passasse também pelo estudo da forma como os “nexos foram desligados”⁸⁷ nesse processo de transformação de arquivos organizacionais em arquivos históricos, que foi afinal o *road map* de uma outra paisagem – aquela onde viajou o historiador da Nação oitocentista (e viajam os seus sucessores?), para criar um discurso histórico que, desde os próprios fundamentos, falava mais – sem o dizer – desse “brave new world” do que do passado.

Percurso de investigação para a reconstrução da produção, documentação e conservação da informação organizacional pré-moderna.

O percurso é constituído por cinco etapas, que consistem, respetivamente: 1) estabelecimento de um conjunto de questões teóricas e metodológicas que sustentem um tratamento de fontes que seja, em si, tarefa científica de pleno direito (v.g., definição de arquivo tendo em conta o

⁸⁴ Seja-nos permitido remeter para um primeiro ensaio de tal, quanto ao tema da religiosidade dos leigos, no espaço da diocese de Viseu na Idade Média, contemplando fontes eclesíásticas, régias, e dos leigos (ROSA, 2016: 520-524)

⁸⁵ Como por ex. em LETT, 2008.

⁸⁶ A ideia de “cartografar” (estrutural e geograficamente) a produção de fontes surge da obra clássica de CAMAROSSANO, 1991; foi recentemente retomada, para Itália, num projeto denominado “Atlante della documentazione comunale (secoli XII-XIV)” <http://scrineum.unipv.it/atlante/ambiti-produzione/>), que oferece um modelo muito acabado de apresentação dos dados e dos problemas, feito no âmbito do projeto “PRIN *Culture politiche e pratiche documentarie nell'Italia comunale e signorile (secoli XII-XIV)*” (Universidades de Verona, Turim, Génova e florença), dirigido por Gian Maria Varanini; e sugerida como possibilidade, para as tipologias documentais da Europa pré-moderna, por Eddy Put, arquivista dos Arquivos Estatais Belgas e professor em «Archival studies» na Universidade Católica de Lovaina (PUT, 2007).

⁸⁷ Expressão inspirada no título da obra *I nessi slegati* (QUARTA, 2015).

contexto histórico, identificação de fontes institucionais para o estudo do mesmo e da instituição produtora, definição de abordagem teórica à organização produtora); 2) estudo aprofundado da história custodial, e levantamento preliminar das características da documentação de que se dispõe, nomeadamente quanto organizações já existentes e completitude; 3) caracterização, ponto por ponto, e a partir das fontes institucionais identificadas em (1), conjugadas com o reconhecimento dos materiais feito em (2), das formas como a organização em estudo produzia informação e a transformava em documentos, e como usou, conservou ou destruiu, ambas as instâncias; 4) junção dos dados até aí coligidos, para descrição substancial da estrutura da organização que lhe permitia produzir informação e constituir arquivo de determinados modos; tradução da mesma em instrumento do tipo “quadro de classificação”; por fim, organização da documentação restante (e/ou a reconstituída, ser for o caso); 5) colocação de questões historiográficas a partir de um tratamento aprofundado e científico – não exclusivamente “técnico” dos materiais (“fontes”). Serão evidentemente de diversa ordem, a partir dos questionários próprios à disciplina História, elaborados no cruzamento da historiografia e da teoria.

1. Questões teórico-metodológicas prévias

Bases de abordagem ao tratamento científico dos materiais, incorporados nos questionamentos historiográficos e teóricos de partida, e não colocados na fronteira anterior destes.

1) O arquivo e a organização em contexto

Definir uma abordagem de antropologia histórica do arquivo: evitar procurar o que não existia, distinguindo entre “práticas arquivísticas” e “arquivos”, entre “arquivos organizacionais” e “arquivos históricos”.

2) Fontes de história da informação e do arquivo

Definir e estudar as fontes desta natureza: o próprio acervo, constituições, regulamentos, documentos constitutivos/organizacionais; no caso da família, instituições de morgadio, testamentos, dotes, partilhas, outras indicações sobre a natureza institucional da família; inventários, índices, instruções sobre a conservação, recuperação documental).

3) A natureza da organização

Estudar a organização (família institucional, casa, morgadio, fideicomisso, etc). “Nova História” da família e das “casas”. Atenção historiográfica

renovada quanto às formas legais de enquadramento (fideicomisso). Antropologia histórica das organizações/ instituições; história institucional e administrativa.

2. Estudo das reconfigurações não-organizacionais dos arquivos

Reconstrução da forma como a documentação chegou até ao investigador, constituída em arquivo (mais ou menos “arquivisticamente formal”): cadeia de custódia, sua quebra (e qual), efeitos desta na integridade, organização, etc, dos acervos.

1) Estudar a extinção da organização e o processo de entrada em custódia pública dos documentos: história e formas (sécs. XIV-XVIII- legislação régia e eclesiástica sobre registo de vínculos; administração de casas; século XIX – legislação estatal sobre registo e extinção de vínculos; administração de Casas)

e/ou

2) Estudar a extinção da organização e o processo de entrada em custódia pelos proprietários privados (no caso dos Arquivos de Família, em geral, descendentes): recriações de distinção e afeto; usos. Uma “outra relação com o passado” (a valorizar a partir dos paradigmas de arquivos de comunidades, função identitária e memorialística do arquivo, etc).

3) Havendo, estudar e criticar a classificação e descrição arquivística (amadora ou profissional) da documentação

3. Estudo dos processos de produção, documentalização, conservação e uso da informação organizacional

O objetivo desta parte do percurso é o conhecimento aprofundado da informação produzida pelo corpo familiar, da sua documentalização, conservação e usos. Visa conferir a esta documentação um carácter organizacional e orgânico – “oficial”/ legal no contexto que este termo deve revestir no tipo de sociedade em que se insere –, e compreender os meandros da forma como o corpo familiar se relacionava com aquela, e de que modo a usou em sua defesa e proveito. Pretende ainda evitar o uso exclusivo dos “dados objectivos” (v.g., para estudo de patrimónios, parentesco, cultura, etc), sem que seja acompanhado de uma radiografia da forma como a instituição se documentou a ela própria. Finalmente, é um auxiliar muito importante para avaliar as perdas de documentação e os motivos destas, contri-

buindo para uma exatidão maior das hipóteses elaboradas a partir dos documentos existentes.

As fontes para este estudo são os próprios documentos, caso subsistam, e/ou inventários antigos dos arquivos (caso fidedignos e com informação utilizável, nomeadamente quanto a datação e teor dos resumos documentais), e/ou as cópias/ originais dos documentos conservados em outros arquivos (da Igreja, da administração régia, dos cartórios notariais, etc).

1) Processos de produção

De que forma a instituição produzia informação / documentação: formas e tipos, processos de autenticação, circulação interna da autoridade (administrador, cônjuge, herdeiro, funcionários, etc)

2) Tipologia da informação produzida

Que tipo de informação era produzido pela organização “família” e como era documentalizada: documentos «genéticos» como os que relacionavam os papéis familiares e as relações de parentesco (instituições de morgadios e capelas, testamentos, contratos de casamento, etc); os que diziam respeito à vertente “empresarial” da mesma (documentos de compra e de gestão de propriedades, documentos relativos a cargos administrativos remunerados, tenças, etc); documentos relativos ao relacionamento com entidades externas (Coroa, Igreja, câmaras, confrarias); documentos inseridos na representação simbólica e estamental (cartas de brasão, cartas de títulos, etc).

3) Processos de documentalização

Escritos, internos, com aposição de sinais, e quais; externos, autenticados e/ou conservados nos cartórios notariais/ nos cartórios de outras instituições (Coroa, Igreja, etc); orais (vestígios de tais práticas nas fontes disponíveis: v.g. “actas” de proclamações públicas, “actas” de reuniões), informais (escritos sobre família, narrativas várias, cartas, etc), iconográficos (brasões de armas apostos em locais de poder, retratos de personagens ilustres – v.g. em “galerias de antepassados”, ocasiões memoráveis, etc).

4) Processos organizacionais de conservação/ destruição

De que modo a organização “família” conservava a informação documentalizada por si produzida, à partida (que tipos de documentos conservava, por quanto tempo, como os transmitia); que tipos de documento destruía e porquê. Para além do interesse em si, beneficia a compreensão da natureza das “perdas” – nem sempre fruto do acaso ou dos acidentes,

e nesse caso com interesse direto para a ação da família (v.g. destruição de documentos relativos a familiares caídos em desgraça, censura de documentos considerados perigosos, etc)

5) Processos organizacionais de classificação

Como é que a organização família estabelecia a classificação dos documentos, partindo do princípio fundamental que existe nexo entre aquele ato e a força legal e real dos documentos («nexo arquivístico»). A classificação quase universal dos documentos das famílias baseadas em morgadio (ou outras formas de enquadramento jurídico) fazia-se a partir de cada uma das propriedades vinculadas, pois a vinculação conferia natureza legal aos documentos; se tem uma aparência “geográfica”, ou toponímica, não é tal, e é imprescindível ter isto em conta. Por seu lado, é fundamental conhecer os modos como imperativos burocráticos externos de produção de prova documental alteraram a forma de classificar os arquivos (por exemplo, exigência de produção de “tombos”, durante todo o Antigo Regime; em força e incidindo sobre todo o arquivo, a partir das leis iluministas de controlo da família nobre e dos institutos vinculares, bem como da ação final dos Estados liberais quanto ao registo, controle e abolição dos corpos sociais de Antigo Regime).

6) Processos organizacionais de descrição e de recuperação

Quais os modos de descrever os documentos e recuperá-los: que tipo de resumos, que elementos a constar nos mesmos (v.g. data, autor, cartório notarial de registo, repartição régia/eclesiástica de localização, mandato de elaboração), cotas (tipos, locais de aposição, referenciação a inventários, etc); tipos de inventário, índices, e outros instrumentos de auxílio à recuperação da informação (que contextos de elaboração, que amplitude/distorção do acervo, que técnica utilizada, etc); “inquéritos” direcionados à resolução de problemas concretos (distingui-los dos inventários propriamente arquivísticos); graus de acesso à recuperação dos documentos, dentro da organização.

7) Usos organizacionais

De que modo a organização família usava a informação/ documentação para o seu funcionamento interno e externo: coesão/ controlo, gestão, memória, prestígio, etc.

4. Reconstituição da estrutura de produção da informação organizacional e disponibilização dos resultados

Após o percurso radiográfico realizado no ponto anterior, é possível reconstituir e reconfigurar a forma da organização família através do conhecimento da documentação por ela produzida (v.g. autoridade do administrador, seus direitos e deveres, seu raio e tipo de ação); e, em simultâneo, conhecer o modo como essa orgânica da instituição se refletiu no “arquivo” que criava e mantinha.

1) Definir a orgânica institucional

Qual o tipo de organização família em presença: linhagística, horizontal, mista; que papéis sociais de autoridade e de subalternização; que formas de gestão dos bens e do poder; que estruturas de gestão internas, familiares ou não (feitores, capelães, secretários, etc) e de relacionamento externo.

Estabelecer um quadro de classificação orgânico (tendo em conta, como modelo de base, a estruturação genealógica da organização família, mas adequando-a a cada caso concreto).

2) Identificar a informação disponível (documentos/ referência utilizável aos documentos).

Identificar o conjunto total dos documentos disponíveis, sejam os direta, sejam os indiretamente conhecidos.

Identificar proveniências diversas (v.g. acervos entrados por casamento, doações, heranças; ou presentes por “apropriação doméstica” de documentos de função), e respeitá-las.

3) Classificar, ordenar, descrever

Realizar estas operações de forma correta, e segundo as normas arquivísticas, eventualmente recorrendo a programas informáticos elaborados em conformidade com as mesmas.

5. Questionamentos historiográficos

Conhecida do modo mais profundo, abrangente e “organizacional” possível a informação produzida e a sua documentalização, bem como todo o percurso desta, alcança-se um muito mais sólido **ponto de partida** para qualquer estudo histórico de aspetos concretos e particulares – para além do **ponto de chegada** que é próprio estudo histórico que constitui o percurso até agora realizado.

1) O que nos traz de diferente o estudo da informação sobre a organização produtora, do ponto de vista da interpretação histórica?

Interrogação sobre a diferença entre conhecer a instituição partindo / tendo em conta a informação por ela produzida, e um inquérito historiográfico que não faça tal. Para além da questão da “voz dos protagonistas”, o inquérito enriquece-se pela qualificação da informação restante (quantitativa e qualitativamente).

2) Que organizações relacionadas e que relação (para perceber como é que a produção e a arquivagem é alterada ou feita em função delas – Coroa, Estado, Igreja)?

Mapeamento do conjunto de instituições que se relacionavam com a organização família e de que modo (autoridade, amizade, compadrio, clientelismo, influência e outros modos informais, etc); estudo das formas como tal condicionou a produção, conservação, etc, da informação e da documentação; em casos de desaparecimento ou delapidação dos arquivos da organização, este tipo de estudo permite rastrear cópias de documentos conservadas nos acervos das instituições de relacionamento (v.g. cartórios eclesiais para testamentos, instituições, contratos, etc.; cartórios régios para cartas de ofício, mercês, etc)

3) [Questões em função do inquérito definido]

A realização deste percurso de tratamento do material de investigação “inserido na investigação” é um fim em si, mas pode evidentemente também ser um passo prévio a qualquer investigação com inquéritos diversos, relacionados com o conteúdo da informação disponível.

Bibliografia

ANDERSON, Kimberley (2013) – The footprint and the stepping foot: archival records, evidence, and time. *Archival Science*. 13, p. 1-23.

ANHEIM, Étienne (2007) – Ouvrir les sources au questionnement. In GATTINARA, Enrico Castelli, ANHEIM, Étienne – Introduzione. *Dimensioni e problemi della ricerca storica* 2, p. 20-28.

ANHEIM, Étienne (2012/13) – L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXIe. Siècle. In *L'homme*. 203-204, p. 399-427.

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila Araújo (2011) – Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. 2, nº 2, p. 19-41.

- AURELL, Jaume (2005) – *La escritura de la memoria. De los positivismos a los postmodernismos*. Valencia: Publicacions Universitat de Valencia.
- BASTIAN, Jeannette (2012) – The records of memory, the archives of identity: Celebrations, texts and archival sensibilities. *Archival Science*. 13, p. 121-131.
- BELOVARI, Susanne (2013) – Professional minutia and their consequences: provenance, context, original identification, and anthropology at the Field Museum of Natural History, Chicago, Illinois. *Archival Science*. 13, p. 143-193.
- BLOUIN, Francis X. Jr., ROSENBERG, William G. (eds.) (2007) – *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*. Michigan University Press.
- BLOUIN, Francis X., ROSENBERG, William G. (2011) – *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*. Oxford: OUP.
- BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (coords.) (2009) – *A Ciência da Informação criadora do conhecimento*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRENDECKE, Arndt (ed.) (2015) – *Praktiken der Frühen Neuzeit (Akteure – Handlungen – Artefakte)*. Viena: Böhlau Verlag.
- BRENDECKE, Arndt (et al.) (2008) – Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff. In: BRENDCKE, Arndt; FRIEDRICH, Markus; FRIEDRICH, Susanne (eds.) – *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien. Pluralisierung & Autorität*, vol. 16. Berlin: LIT-Verlag, p. 11-44.
- CAMAROSSANO, Paolo (1991) – *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci Ed..
- CAPURRO, Rafael, HORJLAND, B. (2007) – O conceito de informação. *Perspectivas em CI*. 12 (1), p. 148-207.
- CHU, Heting (2015) – Research methods in library and information science: A content analysis. *Library & Information Science Research*, 37, p. 36-41.
- CLANCHY, Michael (1980-1981) – «Tenacious letters»: archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*. 11, p. 115-125.
- COOK, Terry (1997) – What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. In *Archivaria*. 43, p. 17-63.
- COOK, Terry (2001) – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. In *Archival Science*, vol. 1, nº1, p. 3-24.
- COOK, Terry (2009) – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. In *The Canadian Historical Review*. 90:3, p. 497- 534.
- COOK, Terry (2013) – Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. In *Archival Science*. 13, p. 95-120.
- COOPER, Frederick (2007) – Memories of colonization: commemoration, preservation, and erasure in an African archive. In BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (eds.) *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Michigan: Michigan University Press, p. 257-266.
- CORENS, Liesbeth (et al.) (eds.) (2016) – *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe*. Londres: *Past & Present supplement 11*, p. 9-49.

- DEBONS, Anthony (et al.) (2007) – Mapa do conhecimento da ciência da informação implicações para o futuro da área. *Brazilian Journal of Information Science*. vol.1, n°. 1, p. 3-32.
- DIRKS, Nicholas B. (2002) – Annals of the archive: ethnographic notes on the sources of history. In AXEL, Brian K. (ed.) - *From the margins: historical anthropology and its futures*. Durham: Duke University Press, p. 47-65.
- DURANTI, Luciana, FRANKS, Patricia C. (eds.) (2015) – *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- EL-LEITHY, Tamer (2011) – Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval arabic archives. *Al-Qantara*. 32/2, p. 389-434.
- ESCH, Arnold (2002) – Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historiques. In SCHMITT, Jean-Claude, OEXLE, Otto Gerhard (dir.) - *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 15-29.
- FONDIN Hubert (2005) – La science de l'information ou le poids de l'histoire. *Les enjeux de l'information et de la communication*, 2005/1, p. 35-54.
- FRIEDRICH, Markus (2013) – *Die Geburt des Archivs*. Berlin: De Gruyter.
- GAUCHI RISSO, Veronica (2016) – Research methods used in library and information science during the 1970-2010. *New Library World*, 117:1/2, p. 74-93.
- GEARY, Patrick (2007) – Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory. In BLOUIN, Francis X. Jr., ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Michigan: Michigan University Press, p. 106 – 113.
- GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) (2016) – *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing.
- HAMILTON, Carolyn (et al.) (dir.) (2002) – Introduction. In IDEM (dirs.) - *Refiguring the Archive*, London: Kluwer Academic Publishers, p. 7-18.
- HARDIMAN, Rachel (2009) – «En mal d'archive»: Postmodernist Theory and Recordkeeping. *Journal of the Society of Archivists*. 30:1, p. 27-44.
- HARRIS, Verne (2007) – *Archives and justice: a South African perspective*. Chicago: Society of American Archivists.
- HEAD, Randolph C. (2014) – Spaces in the archive, spaces of the archive: material, topographical and indexical articulations of space in early modern chancery record management. In FRIEDRICH, Karin (ed.) - *Opening Spaces: Constructions, visions and depictions of spaces and boundaries in the Baroque*. Wiesbaden: Harrassowitz, p. 505-519.
- HEAD, Randolph C. (2016) – Configuring European archives: spaces, materials and practices in the differentiation of repositories from the late Middle Ages to 1700. *European Historical Quarterly*. 46, 3, p. 498-518.
- HEAD, Randolph C. (2016a) – Historical case studies of pre-modern European archives. In GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) - *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, p. 433- 455.
- HEAD, Randolph C. [2018] – *European Archivality, 1400-1700: Proof, Information and Political Recordkeeping*. Cambridge: CUP.

- IACOVINO, Livia (2010) – Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. *Archival Science*. 10, p. 353-372.
- IGGERS, Georg et al. (2008) – *A Global History of Modern Historiography*. Edinburgo: Longman.
- JIMERSON, Randall C. (2009) – *Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice*. Chicago: Society of American Archivists.
- KETELAAR, Eric (2007) – L'archivistique dans le monde actuel. *Arhivelor = Archives review*. vol. 84. Disponível em <http://www.arhivelenationale.ro/images/custom/image/serban/RA%203-4%202007/03%20ketelaar,%20eric.pdf>.
- KETELAAR, Eric (2013) – Ten years of archival science. *Archival Science*. 10, p. 345-352.
- KETELAAR, Eric (2016) – Archival turn and returns. In GILLILAND, Anne (et al.) (eds.) (2016) - *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash University Publishing, p. 228-268.
- KUCHENBUCH, Ludolf (2004) – Sources ou documents? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique. *Hypothèses 2003*, 1, p. 287-315.
- LESLIE, John (2002) – The importance of oral and extrinsic historical evidence in understanding Indian treaties. *Archivaria*. 53, p. 122-129.
- LETT, Didier (2008) – *Un procès de canonisation au Moyen-Âge : essai d'histoire sociale. Nicolas de Tolentino, 1325*. Paris: P.U.F.
- LODOLINI, Elio (1991) – El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. In GUTIÉRREZ MUÑOZ, César (ed.) – *Materiales de Enseñanza de la Facultad de Letras y Ciencias Humanas*. Peru: Pontificia U. Católica de Peru, p. 30-51.
- MACNEIL, Heather, EASTWOOD, Terry (2017²) – *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara: ABC-Clio.
- MCKEMMISH, S., GILLILAND, A. (2013) – Archival and recordkeeping research: past, present and future. In WILLIAMSON, K., JOHANSON, G. (eds) - *Research Methods: Information, Systems, and Contexts*. Victoria: Tilde Publishing, p 79-112.
- MORSEL, Joseph (2004) – Les sources sont-elles «le pain de l'historien»? *Hypothèses 2003*, 1, p. 273-286.
- MORSEL, Joseph (2004a) – Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du *Geschlecht* par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge. *Revue de Synthèse*, 125, p. 83-110.
- MORSEL, Joseph (2009) – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, hors-série 2 (2009).
Disponível em <http://cem.revues.org/document4132.html>.
- MORSEL, Joseph (2016) – « Traces » ? Quelles traces ? Réflexions pour une histoire non passéiste. *Revue Historique*, 680, p. 813-868.
- NESMITH, T. (2004) – What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in archival Work. *Archivaria*. 57, p. 1-27.
- NESMITH, T. (2006) – Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice. *Archivaria*. 60, p. 259-274.

- NIEUS, Jean-François (2016) – Introduction: pour une histoire documentaire des principautés. In HELARY, Xavier (et al.) (dir.) - *Les archives princières (XIIe-XVe. siècles)*. Arras: Artois Presses Universités, p. 9-21.
- NOUGARET, Christine (2004) – Les sources archivistiques Production organique ou invention de l'archiviste?. *Hypothèses 2003*, 1, p. 331-339.
- NÓVOA, Rita Sampaio da (2015) – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Paris/ Lisboa: [s.n.] (tese de doutoramento em História, variante de Arquivística Histórica apresentada à U. Paris 1 e à Universidade Nova de Lisboa). Disponível em no espaço da autora em www.academia.edu.
- POUCHEPADASS, Jacques (2008) – A proposito della critica postcoloniale sul “discorso” dell'archivio». *Quaderni storici*. n. 3, p.675-690.
- PUNZALAN, Ricardo (2006) – Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a 'national' archives for the Philippines. *Archival Science*. 6, p. 381-392.
- PUNZALAN, Ricardo (2017) – Fostering archival scholarship: introduction to the special issue on the Archival Education Research Institute. *Archival Science*. 17, p. 1–3.
- PUT, Eddy (2007) – Une flore d'archives ?. In AUBRY, Martine (et al.) (dirs.) - *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours*, Villeneuve d'Ascq. Disponível em <http://hleno.revues.org/185>.
- QUARTA, Antonietta (2015) – *I nessi slegati e l'ombra dell'archivio. Analisi strutturale dell'Archivio postunitario del comune di Firenze fra il 1865 e il 1876*. S.l.: Libreria universitaria.
- RABELLO, Rodrigo (2008-2009) – *O documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica*. In *X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2008-2009)*. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/index>.
- RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O acesso à informação nos arquivos*, Porto: [s.n.] (dissertação de doutoramento apresentada à U. Porto).
- RIBEIRO, Fernanda (2011) – A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em gestão & conhecimento*. 1, nº1, p. 59-73.
- ROBERTSON, Craig (2006) – Mechanism of exclusion. Historicizing the archive and the passport. In BURTON, A. (ed.) - *Archives Stories. Facts, fictions and the writing of history*. Durham: Duke UP, p. 68-86.
- ROBERTSON, Craig (2011) – *Introduction: Thinking about Archives, Writing about History*. In IDEM (ed.) - *Media History and the archive*. Londres e Nova Iorque.
- ROSA, Maria de Lurdes (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas atuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, p. 9-42.
- ROSA, Maria de Lurdes (2016) – A vivência do cristianismo pelos fiéis leigos - A experiência do sagrado cristão. In PAIVA, José Pedro (coord.) - *História da Diocese de Viseu*. Viseu/ Coimbra: Diocese de Viseu e IUC. Vol. 1, p. 517-568.
- RUMSCHÖTTEL, Hermann (2001) – The development of archival science as a scholarly discipline. *Archival Science*. 1, p 143-155.

- SASSOON, Joanna; BURROWS, Toby (2009) – Minority reports: indigenous and community voices in archives. Papers from the 4th International Conference on the History of Records and Archives (ICHORA4), Perth, Western Australia, August 2008. *Archival Science*. 9, p. 1-5.
- SCHENK, Dietmar (2013) – *Aufheben, was nicht vergessen werden darf*: Archive vom alten Europa bis zur digitalen Welt. Estugarda: Franz Steiner.
- SHILTON, Katie; SRINIVASAN, Ramesh (2007) – Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections. *Archivaria*. 63, p. 87-101.
- SILVA, Armando Malheiro da (2000) – *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico*. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Asociación Latinoamericana de Archivos.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da (2014) – O método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com* (26), p. 27-44.
- SILVA, Armando Malheiro da (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*. 2015 (1), p. 103-124.
- SILVA, Armando Malheiro da (2016) – Que Ciência da Informação precisamos para enfrentar a complexidade? *Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT): XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. (disponível em https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajNVpMd21c3ZRREk/view)
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda (2008²) – *Das «ciências» documentais» à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da (et al.) (1998) – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SILVA, Irisneide de Oliveira Sousa (et al.) (2009) – A relação entre arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*. 3, p. 281-289.
- SILVA, Jonathas, GOMES, Henriette (2015) – Conceito de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. *Informação e sociedade: estudos*. 251 (1), p. 145-157.
- STOCK, Wolfgang G., STOCK Mechtild (2013) – *Handbook of Information Science*. Berlin: De Gruyter.
- THOMASSEN, Theo (2001) – A first introduction to archival science. *Archival Science*. 1, p. 373-385.
- TOUGH, Alistair (2009) – Archives in sub-Saharan Africa half a century after independence. *Archival Science*. 9, p. 187-201.
- TRACE, Ciaran B. (2002) – “What is Recorded is Never Simply ‘What Happened:’ Record-keeping in Modern Organizational Culture. *Archival Science*. 2, p.137 - 159.
- VIVO, Filippo et al. (eds.) (2015) – *Archivi e Archivisti in Italia tra Medioevo ed età moderna*. Roma, Viella.

- VIVO, Filippo et al. (eds.) (2015a) – Archives and the writing of history. *Storia della storiografia* vol. 68 (2).
- VIVO, Filippo et al. (2016) – Archival Transformations in Early Modern European History. *European History Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 421-434.
- VIVO, Filippo et al. (2016a) – Introduzione. In IDEM (eds.), *Fonti per la storia degli archivi degli antichi stati italiani*, Roma: Ministero dei beni e delle attività culturali e dell turismo, p. VIII-LXII.
- WALSHAM, Alexandra (2016) – Introduction: The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe. In CORENS, Liesbeth, PETERS, Kate, WALSHAM, Alexandra (eds.) - *The Social History of the Archive: Record- Keeping in Early Modern Europe*. Londres: *Past & Present supplement 11*, p. 9-49.
- YALE, Elizabeth (2015) – The History of Archives: The State of the Discipline. In *Book History*. 18, p. 332-359.
- ZINS, C. (2006) – Redefining information: from “Information science” to “knowledge science. *Journal of documentation*. 62:4, p. 447-461.
- ZINS, C. (2007) – Conceptions of information science. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:3, p. 335-350.
- ZINS, C. (2007a) – Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:4, p. 479-493.
- ZINS, C. (2007b) – Knowledge map of information science. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:4, p. 526-535.
- ZINS, C. (2007c) – Classification schemes of Information Science: Twenty-eight scholars map the field. *Journal of the American Society of Information Science*. 58:5, p. 645-672.

BAUC Nº 30

INSTRUMENTOS DE PESQUISA ARQUIVÍSTICA

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra

"Mano muito do meu coração..." Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)

De Vossa Excelência admirador e servo humilde. Catálogo da Correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior (1851-1884)

ESTUDOS

O poder episcopal e a Misericórdia de Viseu (1516-1720)

Análise da literacia no Convento dos Cardaes: 1681-1856

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: Assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)

A importância dos registos de autoridade arquivística nos arquivos de família: o Arquivo Almada e Lencastre Bastos - um caso prático

Os registos de degredados da Direção Geral do Ultramar

Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões

Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação

ISSN

0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>